

PARQUES INFANTIS BRASILEIROS (1931 A 1978)¹

PARQUES INFANTILES BRASILEIROS (1931 A 1978)

BRAZILIAN CHILDREN'S PARKS (1931 TO 1978)

Aline de Novaes Conceição² 

Resumo

Os Parques Infantis foram instituições educativas, com atendimento de crianças de 3 a 12 anos. No Brasil, foram transformados em Escolas Municipais de Educação Infantil na década de 1970. A partir disso, foi realizada a seguinte problematização: quais as principais produções acadêmicas sobre os Parques Infantis que foram instalados no Brasil? Considerando a importância de compreender essas instituições, que originaram as Escolas Municipais de Educação Infantil. Com isso, o objetivo da pesquisa consistiu em apresentar elementos históricos dos Parques Infantis brasileiros, enfocando as tendências e produções acadêmicas no período de 1931 a 1978. Como procedimento metodológico, foi realizada revisão bibliográfica e documental. Dentre as constatações, destacam-se que as tendências das produções acadêmicas sobre os Parques Infantis estavam relacionadas com diversas áreas, também foi possível localizar as autoras mais citadas e o autor com maior diversidade de textos sobre as instituições em questão. Além disso, constatou-se que nos textos havia enfoques e temáticas diversas, sendo que a pesquisa mais abrangente sobre a temática se relaciona com a década de 1930 até a de 1970 e apresenta uma história de sete Parques Infantis que funcionaram em Marília/SP.

Palavras-chave: Educação Integral. História da Educação. Parques Infantis. Educação Infantil.

Resumen

Los Parques Infantiles eran instituciones educativas que atendían a niños de 3 a 12 años. En Brasil, se transformaron en Escuelas Municipales de Educación Infantil en la década de 1970. A partir de esto, se realizó la siguiente problematización: ¿cuáles son las principales producciones académicas sobre los Parques Infantiles que se crearon en Brasil? Considerando la importancia de comprender estas instituciones que dieron origen a las Escuelas Municipales de la Primera Infancia. Teniendo esto en cuenta, el objetivo de la investigación fue presentar elementos históricos de los parques infantiles brasileños, centrándose en las tendencias y producciones académicas de 1931 a 1978. Como procedimiento metodológico, se realizó una revisión bibliográfica y documental. Entre los

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e decorrente de um curso de Doutorado em Educação.

² Dra. em educação. Universidade Estadual Paulista (UNESP), "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Câmpus de Marília/SP. Departamento de Educação e Desenvolvimento Humano. Marília. São Paulo. Brasil. E-mail: aline.novaes@unesp.br

Como referenciar este artigo:

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. Parques Infantis brasileiros (1971-1978). **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8444, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22196/rp.v22i0.8444>

hallazgos se encontró que las tendencias en la producción académica sobre parques infantiles se relacionaron con diversas áreas, y que también fue posible localizar a los autores más citados y al autor con mayor diversidad de textos sobre las instituciones en cuestión. Además, se constató que los textos tenían diferentes abordajes y temáticas, siendo que la investigación más completa sobre el tema se refería a las décadas de 1930 a 1970 y presentaba una historia de siete parques infantiles que funcionaron en Marília/SP.

Palabras clave: Educación Integral. Historia de la Educación. Parques Infantiles. Educación Infantil.

Abstract

Children's Parks were educational institutions, serving children aged 3 to 12 years old. In Brazil, they were transformed into Municipal Early Childhood Education Schools in the 1970s. Following this, the question was raised: what are the main academic works on the Children's Parks that were established in Brazil? Considering the importance of understanding these institutions, which gave rise to the Municipal Early Childhood Education Schools. Therefore, the research objective was to present the historical elements of Brazilian Children's Parks, focusing on the trends and academic works from 1931 to 1978. The methodological procedure involved a literature and documentary review. Among the findings, it was noted that the trends in academic works on Children's Parks were related to various areas, and it was also possible to identify the most cited authors and the author with the most diverse texts on the institutions in question. Furthermore, it was found that the texts addressed various focuses and themes, with the most comprehensive research on the topic spanning from the 1930s to the 1970s, presenting a history of seven Children's Parks that operated in Marília/SP.

Keywords: Integral Education. History of Education. Children's Parks. Education Schools.

Introdução

Os Parques Infantis eram instituições educativas que atendiam predominantemente as crianças de 3 a 12 anos. No Brasil, foram transformados em Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis) na década de 1970, pois nessas instituições, prevaleceu a configuração de Educação Infantil contemporânea.

Considerando que no âmbito educacional, as terminologias e etapas são construções históricas, sobre a Educação Infantil é importante elucidar que no Código da Educação do Estado de São Paulo (São Paulo, 1933) é introduzida a terminologia educação Pré-Primária, ressaltando que a Educação Infantil, que abrangia crianças de até 7 anos, tinha como finalidade o desenvolvimento da educação Pré-Primária composta do Jardim de Infância³ (4 a 7 anos) e da Escola

³ "[...] entende-se que a infância é composta por uma geração de indivíduos, denominados crianças, que vivenciam uma estrutura social que foi construída de acordo com as necessidades da sociedade e que vai sendo influenciada e mudada ao longo do tempo" (Sartori; Lunardon; Garanhani, 2021, p. 7).

Maternal (2 a 4 anos). Kuhlmann Júnior (2000) relata que lentamente as Escolas Maternais foram se distanciando da sua relação com atendimento às pessoas em situação de pobreza. Ainda nesse código, as creches não foram mencionadas.

Com a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN)/1961 (Brasil, 1961) isso permaneceu, todavia, não é mencionado o termo “Educação Infantil” e somente educação Pré-Primária.

A partir da lei 5692 de 1971 (Brasil, 1971), a Escola Primária passa a ser denominada de escola de 1º grau (tendo início com 7 anos) e não é definido um termo para tratar da educação para a faixa etária menor de 7 anos, mas é relatado que essas crianças poderiam frequentar as Escolas Maternais, Jardins de Infância ou outras instituições.

Kishimoto (1986) apresenta que no parecer 792 de 1980 do Conselho Federal de Educação é declarada a expressão educação Pré-Escolar para os menores de 7 anos. Segundo Kishimoto (1986), essa terminologia havia sido discutida e institucionalizada pelo Ministério da Educação e Cultura e pela Organização Mundial da Educação Pré-Escolar (OMEP) e com isso, a terminologia em questão havia sido incorporada em documentos oficiais.

Com a *Constituição da República Federativa do Brasil* (Brasil, 1988), há os termos “creche” e “Pré-Escola” como “Direito social”, desde o nascimento até 6 anos de idade e posteriormente, a redação é alterada para até 5 anos de idade. Com isso, passa a ter uma política educacional brasileira na legislação para a instituição creche.

Apesar do reconhecimento das creches como pertencente a primeira etapa da Educação Básica, em 1932, na legislação trabalhista, as creches tornaram-se obrigatórias em estabelecimentos com pelo menos 30 mulheres maiores de 16 anos. Todavia, essa legislação não era cumprida (Kuhlmann Júnior, 2005).

Com a LDBEN/96 (Brasil, 1996), também é mencionado “creche” se referindo como Educação Infantil para crianças de meses a 3 anos e “Pré-Escola”,

Corsaro (2002, p. 52) menciona que a “[...] infância como um fenômeno social e sua ênfase nas crianças como coconstrutoras ativas de seus mundos sociais refletem uma mudança importante nas visões individualistas de socialização nas quais cada criança internaliza habilidades e conhecimentos adultos”.

primeiramente para crianças de 4 a 6 anos e a partir de 2013 para criança de 4 a 5 anos. Destaca-se que na legislação do Brasil não há o termo berçário.

Assim como nessas legislações não há a terminologia Parques Infantis, instituições consideradas não formais. Apesar de não ser registrado nas legislações utilizadas, nessas instituições era possibilitada uma Educação Integral, sendo instituições educacionais diferentes das existentes no período.

Uma educação que perpetuou em seu espaço como instituições de Educação Infantil. Assim, a relação marcante dos Parques Infantis com a Educação Infantil é constante. Desse modo, é importante compreender as características dos Parques Infantis, considerando que ao apresentar trabalhos sobre a temática em eventos científicos, são constantes os questionamentos que direcionam para a explicação dessas instituições, desconhecidas por muitos.

Ressalta-se que, historicamente, houveram alterações na maneira de pensar a educação e, consequentemente, ocorreram mudanças de nomenclatura que em determinados momentos constituem rupturas ou permanências com a atualidade.

As origens das instituições relacionadas à Educação Infantil não foram brasileiras e tinham como conceito instituições que protegiam, cuidavam, mantinham a criança sem perigo, como um ninho e uma manjedoura, que acolhem para que futuramente os pequenos possam florescer no belo e prazeroso jardim.

A criança era vista como necessitada de cuidados na idade inicial de sua vida para que sobrevivesse, sem preocupação com o educar, que somente viria quando a criança estivesse andando e falando. Atualmente, com base em estudos, sobretudo pautados na Teoria Histórico-Cultural, essa concepção está ultrapassada entre os educadores, considerando as especificidades da Educação Infantil em que as ofertas pedagógicas a serem feitas, desde a mais tenra idade, envolve o cuidado que educa e a educação que cuida.

Até 1930, década em que foram instalados os Parques Infantis no estado de São Paulo, as instituições que atendiam crianças de até 7 anos, nesse estado, ou seja, as instituições de Educação Infantil eram os asilos infantis que atendiam crianças órfãs e abandonadas (eram assistenciais); as creches para órfãs ou filhos dos operários menores de 2 anos (eram assistenciais); as Escolas Maternais para

crianças entre 2 a 4 anos (com origem assistencial e posteriormente educativa) e os Jardins de Infância que atendiam crianças de 4 a 7 anos (eram educativos).

Os princípios da Educação Infantil, especificamente da origem dos Jardins de Infância, estiveram presentes no Parques Infantis do Brasil, pois Nicanor Miranda, diretor da Divisão de Educação e Recreios, da qual havia os Parques Infantis, inspirou-se em Froebel na organização dessas instituições, destacando os jogos e os trabalhos manuais. Froebel relacionou a família e o Estado de modo que a criança poderia viver algumas horas com a família e outras com uma comunidade infantil, conhecendo a natureza e aprendendo (Miranda, 1941).

A partir disso, o objetivo da pesquisa, cujos resultados constam neste artigo, consistiu em apresentar elementos históricos dos Parques Infantis brasileiros, enfocando as tendências e produções acadêmicas no período de 1931 a 1978, respectivamente ano mais antigo e ano mais recente de instalação e de transformação dos Parques Infantis em Emeis.

Como procedimento metodológico, mediante abordagem histórica, centrada em revisão bibliográfica e documental, foi realizada pesquisa sobre a História da Educação, enfocando os Parques Infantis, a partir de localização, identificação, recuperação, reunião, sistematização, seleção, análise e interpretação de fontes sobre a temática.

Ressalta-se que interpretar é “[...] construir um sentido para um discurso, para um texto, e a validade desta interpretação se mede por sua profundidade e pela consistência e coerência de seus argumentos” (Geraldi, 2012, p. 34).

Para a revisão bibliográfica foram utilizados os descritores “Parque Infantil” e “Parques Infantis”. Tendo como enfoque o estado de São Paulo, em que foram iniciadas essas instituições no Brasil. A partir disso, foram selecionados textos em que foram tratados dos Parques Infantis enquanto instituições e não enquanto *playgrounds* em espaços urbanos. Considerando que nos Parques Infantis haviam esses *playgrounds*, mas não apenas isso.

Com os descritores apresentados, foram consultados o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a base de dados da Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Catálogo

Athena”, a coleção de periódicos científicos brasileiros da biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), o banco de dados da Universidade de São Paulo (USP), a base de dados da biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o acervo da Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o banco de dados da *Microsoft Academic Search* e a página de História da Educação e da Infância da Fundação Carlos Chagas (FCC), todos disponíveis *on-line*.

Além disso, também foram buscados textos sobre os Parques Infantis em eventos científicos realizados na área da História da Educação e nas referências dos textos localizados sobre a temática. A seguir, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada.

Revisão bibliográfica sobre os Parques Infantis: tendências e produções acadêmicas

As pesquisas localizadas sobre os Parques Infantis estão relacionadas com a área da Educação, Educação Física, História, Ciências Sociais, Psicologia e Arquitetura. Esses textos consistiram em artigos publicados em periódicos, livros, teses, dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), textos publicados em anais de eventos científicos na área da História da Educação e resenha.

As citações nesses textos mencionam recorrentemente as autoras Ana Lúcia Goulart de Faria e sua orientadora da tese de doutorado Tizuko Mochida Kishimoto. É importante destacar que a autora Goulart de Faria, em sua tese, destaca que a pesquisa que realizou não está no âmbito da História da Educação Infantil, mas no campo das Ciências Sociais, compreendendo que as instituições educacionais também são instituições sociais. Além disso, o autor com maior diversidade de textos, abrangendo vários elementos dos Parques Infantis é Moysés Kuhlmann Júnior.

Categorizando as pesquisas localizadas é possível considerar que há três grandes diferenças das pesquisas realizadas sobre os Parques Infantis: uma diferença consiste no enfoque negativo dado somente por Filizzola (2002a; 2002b) e Guedes (2006) que destacam que os Parques Infantis eram instituições que

disciplinavam as pessoas em situação de pobreza, visando a dominação social para que ocorresse a modernização do Brasil.

Outra diferença consiste em não atribuir enfoque negativo e nem positivo aos Parques Infantis. Destacando serem instituições que trabalhavam com o controle, disciplina, recreação e cultura como menciona Kuhlmann Júnior (2019, p. 1) “[...] não basta adjetivá-las como promotoras da cultura e da cidadania, ou ao contrário, do controle e da disciplina, pois ambas as dimensões podem ser identificadas nos elementos presentes nas propostas”.

Por fim, a outra diferença consiste no enfoque nos elementos positivos dessas instituições. Como a possibilidade de realização de uma educação, abrangendo vários elementos e destacando a recreação, o conhecimento do folclore brasileiro e a produção da cultura.

As pesquisas e as temáticas que enfocam os elementos positivos dos Parques Infantis estão apresentadas no Quadro 1, a seguir, organizadas, primeiramente, por ordem das temáticas com maior quantidade de pesquisas localizadas, seguida da organização das mais recentes para as mais antigas. Sendo que, quando houve a mesma quantidade de pesquisa sobre a temática, publicadas no mesmo ano, o terceiro critério de organização foi a ordem alfabética:

Quadro 1- Temáticas e autores das pesquisas sobre os Parques Infantis do Estado de São Paulo

TEMÁTICAS	AUTORES
Instituições em diversas cidades	Conceição (2022); Onuki (2019); Cunha (2018); Cunha e Kuhlmann Júnior (2017); Ferreira, D. (2015); Kuhlmann Júnior e Fernandes (2014); Prandi (2015); Gobbi (2012); Oliveira (2010); Leme (2008); Pereira, M. (2008); Vieira (2004); Tonolli (1996) e Fonseca, J. (1985)
Educação Física e Lazer	Fonseca, S.; Ferreira, D. e Prandi (2015); Pizani (2012); Berto; Ferreira Neto e Schneider (2009); Dalben e Danailof (2009); Micaroni e Kuhlmann Júnior (2008); Danailof (2006, 2013) e Niemeyer (2001 e 2002)
Mário de Andrade	Arantes (2008); Faria (1993, 1999, 1999) e Abdanur (1994).
Desenhos	Ferreira e Wiggers (2019) e Gobbi (2004)

Arte	Brito (2016)
Saúde/higiene e recreação	Grindler (2015) e Gonçalves (2010)
Arquitetura	Wilderom (2014)
Comparação com outros tipos de instituições	Silva, S. (2012) e Amaral (2007)
Música	Paiva (2009)
Álbum fotográfico Parques Infantis	Silva, C. (2008)
Educação Especial	Filócomo (2005)
Formação das Educadoras dos Parques Infantis	Santos (2005)
Infância	Ferreira de Paula (1993)
Origem dos Parques Infantis	Miranda (1941)

Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas que enfocaram as instituições estão relacionadas com as seguintes cidades: Marília/SP (de 1937 a 1978); Santos/SP (no período de 1930 a década de 1970 e no ano de 1931 a 1952); São Paulo (no ano de 1935 a 1985); Araraquara/SP (no ano de 1941 a 1971); Campinas/SP (no ano de 1939 a 1981); Ribeirão Preto/SP (no ano de 1951 a 1980); Sorocaba/SP (no ano de 1954 a década de 1970) e Cubatão/SP (no ano de 1956 a 1966).

As fontes documentais utilizadas pelos pesquisadores das pesquisas sobre os Parques Infantis consistem, principalmente, em artigos publicados em revistas científicas do período, dentre esses, há artigos publicados na *Revista do Arquivo Municipal* (publicada desde 1933 e era utilizada pelo Departamento de Cultura para divulgação das vivências realizadas); na *Revista de Educação Física* (do Exército), na *Revista Educação Physica*; nos artigos do *Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo* (utilizado como um dos instrumentos para a formação dos educadores dos Parques Infantis, publicado de 1947 a 1957); em textos publicados em jornais; em textos contidos em

arquivos institucionais; em entrevistas realizadas com pessoas que frequentaram os Parques Infantis e em fotografias⁴.

Dentre as fotografias, foram utilizadas fotografias feitas por Benedito Junqueira Duarte que era fotógrafo contratado do Departamento de Cultura e irmão de Paulo Duarte (que será mencionado adiante). O período em que as fotografias foram feitas consiste na década de 1930 a 1940, em que há o registro do cotidiano parqueano. Há fotografias de Parques Infantis no acervo fotográfico do museu da cidade de São Paulo.

A maioria das pesquisas realizadas teve como período inicial a década de 1930, quando iniciaram os Parques Infantis no estado de São Paulo. Como é possível visualizar no Quadro 2, a seguir, que está organizado considerando a ordem das pesquisas mais antigas, para as mais recentes:

Quadro 2- Períodos estudados nas pesquisas sobre os Parques Infantis do Estado de São Paulo

DÉCADAS PESQUISADAS	ANOS PESQUISADOS	AUTORES E ANO DA PUBLICAÇÃO
Anterior a década de 1930 até a década de 1940	Século XVIII até 1940	Miranda (1941)
1930	1935 a 1938	Faria (1993, 1999, 1999); Abdanur (1994); Filizzola (2002a, 2002b); Gobbi (2004, 2012); Vieira (2004); Danailof (2006, 2013); Guedes (2006); Amaral (2007); Arantes (2008); Gonçalves (2010); Silva, S. (2012) e Grindler (2015)
	1935 a 1937	Fonseca, J. (1985)
	1937 a 1938	Brito (2016)
1930 a 1970	1930 a 1940	Silva, C. (2008); Berto, Ferreira Neto e Schneider (2009), Dalben; Danailof (2009)
	1930 a 1945	Ferreira de Paula (1993)
	1930 a 1977	Cunha e Kuhlmann Júnior (2017); Cunha (2018); Ferreira, F.; Wiggers (2019)

⁴

Disponível em:
<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ResultadosBusca.aspx?ts=sa&q=P%20Infantis&acervos=10> Acesso em: 16 jun. 2024.

	1935 a 1955	Santos (2005)
	1935 a 1970	Niemeyer (2001, 2002)
	1935 a 2013	Wilderom (2014)
	1937 a 1978	Conceição (2022)
1940 a 1960	1940 a 1960	Pizani (2012)
	1941 a 1971	Pereira, M. (2008)
	1942 a 1947	Tonolli (1996)
	1942 a 1981	Leme (2008)
	1947 a 1957	Filócomo (2005); Micaroni; Kuhlmann Júnior (2008); Paiva (2009); Kuhlmann Júnior e Fernandes (2014)
1940 a 1970	1950 a 1960	Ferreira, D. (2015); Fonseca, S.; Ferreira; Prandi (2015) e Prandi (2015)
	1954 a 1970	Oliveira (2010); Onuki (2019)

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 2, é possível constatar que 17 pesquisas abrangem o período de 1935 a 1938, quando Mário de Andrade dirigia o Departamento de Cultura que era responsável pelos Parques Infantis e em 13 pesquisas não são enfocadas a década de 1930. Segundo Kuhlmann Júnior (2017), esse órgão teve mudanças sendo posteriormente denominado de Secretaria de Educação e Higiene e posteriormente de Secretaria de Educação e Cultura.

Mário de Andrade possibilitou o enriquecimento de uma educação que considerava a criança como criança e produtora de conhecimento e não somente como aluno ou como um adulto do futuro, uma educação que não discriminava a origem social e reconhecesse “[...] a existência de vários tipos de conhecimento (científico, artístico, acadêmico, não acadêmico etc.)” (Faria, 1999, p. 195).

Em relação à abrangência das pesquisas, a realizada por Wilderom (2014), abrangeu o período de 1935 a 2013, todavia, o enfoque não são os Parques Infantis, mas o Centro Educacional Unificado (CEU) e relaciona-se com os Parques Infantis

para compreender a arquitetura escolar do CEU, sendo um estudo realizado no âmbito da arquitetura e não da educação.

A pesquisa realizada por Conceição (2022), resultado de pesquisa de doutorado, é a mais abrangente das pesquisas localizadas, pois relaciona a década de 1930 até o ano de 1978, com enfoque para todos os Parques Infantis que funcionaram na cidade de Marília/SP (sete) e não um, em específico.

Destaca-se que pesquisas sobre todos os Parques Infantis que funcionaram na cidade, somente foram localizadas em três dissertações, a saber: Ferreira, D. (2015) e Prandi (2015), em que orientadas pelo professor Dr. Sérgio César da Fonseca, apresentam a implantação e a construção da imagem dos Parques Infantis de Ribeirão Preto/SP, nas décadas de 1950 a 1960 e a dissertação de Pizani (2012), em que, orientado pela Dra. Silvia Cristina Amaral Franco, apresenta os Parques Infantis e Recantos Infantis (instituições que fisicamente eram menores que os Parques Infantis), criados a partir de 1940 em Campinas/SP, entre as décadas de 1940 a 1960.

A tese de Conceição (2022) pode ser destacada também por apresentar em apêndice a tese, dois instrumentos de pesquisas sobre os Parques Infantis que poderão ser utilizados posteriormente, em pesquisas correlatas.

Desse modo, a pesquisa desenvolvida por Conceição (2022) possibilita uma melhor análise das rupturas e permanências dos Parques Infantis no tempo e na diversidade efetivada no funcionamento de sete instituições. Compreende-se que a quantidade e o longo período de funcionamento das instituições pesquisadas, demanda desafios constantes, desde a recuperação de fontes, até a interpretação e registro das histórias das instituições pesquisadas.

Atendimento nos Parques Infantis

Segundo Miranda (1941), os Parques Infantis estão relacionados com a reação que ocorreu na Alemanha após a guerra franco-prussiana, em que dois professores levavam educandos para uma praça duas vezes na semana a fim de vivenciarem jogos motores.

A propagação dos Parques Infantis ocorreu na América, especificamente nos Estados Unidos da América (EUA) e em algumas cidades europeias que também se interessaram por essa iniciativa, dentre essas, cidades contidas em países como Holanda, Hungria, Polônia e França. Além disso, Canadá, México, Cuba, Uruguai e Chile tiveram Parques Infantis construídos nas principais cidades.

Os Parques Infantis brasileiros eram na maioria do poder público, mas também tinham iniciativas privadas. Essas instituições tiveram a influência do pensamento do educador Fernando de Azevedo que estava relacionado com a Escola Nova e com a preocupação com a saúde, pois ele considerava que a Educação Física desenvolveria a saúde, a agilidade e a robustez (Filizzola, 2002b).

A Educação Física era utilizada como conceito norte-americano, baseado nas escolas europeias, com envolvimento de assistência médica, pesquisas científicas relacionadas ao educando, família e condições mesológicas (Miranda, 1941).

Fernando de Azevedo discursou que foi ele quem teve a ideia dos Parques Infantis⁵:

[...] nas minhas campanhas de mocidade pela Educação Física no país, como fui também o autor do projeto que Firminiano Pinto solicitou a uma comissão, por ele constituída, para elaborar o plano da primeira praça de jogos para crianças, que se cuidava então de criar no Ipiranga, em terreno para esse fim doado à Prefeitura pela família Jafet, o que ficou no papel. Vejo com prazer o extraordinário crescimento quantitativo que tiveram os Parques, recantos e recreios infantis, que hoje se integram no Departamento de Educação, Assistência e recreio (Discurso..., 1961, p. 61).

As origens dessas instituições no Brasil ocorreram em São Paulo no ano de 1931, sendo que o primeiro parque teve a denominação de Parque de Jogos Infantil "Dom Pedro II" e estava no âmbito do poder público. De 1930 a 1931 a gestão de São Paulo ocorria com o prefeito Anhaia Melo que também iniciou as obras dos parques localizados no bairro da Lapa e do Ipiranga. De 1934 a 1938, Fábio Prado foi prefeito da cidade de São Paulo e em sua gestão foi inaugurado o Parque Infantil de Santo Amaro (Filizzola, 2002b).

A autora Filizzola (2002b, p. 46) descreve que Fábio Prado afirmou que a criação dos Parques Infantis ocorreu na sua gestão, mas cita Anhaia Melo, relatando que alguns ensaios anteriores foram realizados e a ambiguidade

⁵ Em 1933, Fernando de Azevedo promulgou o Código de Educação como diretor-geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo.

[...] da criação da instituição repousa justamente no diferencial estabelecido pelo prefeito [Fábio Prado] em relação à proposta de Parques Infantis criados na gestão de Anhaia Melo: pela nova concepção de Parques Infantis esboçada na sua gestão a instituição foi “completamente organizada”, recebendo inclusive “orientação científica, sem o qual nada de proveitoso e eficiente se poderia realizar”.

Fábio Prado atribuiu caráter científico aos Parques Infantis transformando um projeto de Parques Infantis existente e passando a valorizar as pesquisas e experiências. Considerando que ele era proprietário de indústrias e se preocupava com o atendimento aos filhos dos trabalhadores, pois como registra Kuhlmann Júnior (2000) desde dezembro de 1920 a lei trabalhista paulista previa a instalação de Escolas Maternais para atender os filhos dos operários, com isso, houve a criação de creche e instituições Pré-Primárias a partir da industrialização em que os filhos dos trabalhadores precisavam de locais para ficarem enquanto os pais trabalhavam.

Com o início da gestão de Fábio Prado, em 1934, baseado na experiência dos Parques de Jogos Infantis, foi criada a Comissão de Recreio Municipal, cuja competência era coordenar os problemas dos parques e jardins públicos.

Entre os anos de 1926 e 1931, um grupo de intelectuais que acreditava que para modernizar a população brasileira era necessário reformar a educação, reuniam-se semanalmente no apartamento de Paulo Duarte para discutir diversos assuntos de seus interesses relacionados a arte (Filizzola, 2002b).

Esse grupo tinha o desejo que aqueles encontros pudessem ser organizados e perpetuados para outras pessoas com o dinheiro do governo. Dentre esses intelectuais estava Mário de Andrade, poeta, pianista, com influência marxista, relacionado ao movimento modernista de 1922.

As aspirações desse grupo puderam ser efetivadas em 1935, quando o prefeito Fábio Prado com assessoria de Paulo Duarte criou em São Paulo o Departamento de Cultura que como mencionado foi dirigido por Mário de Andrade de 1935 a 1938.

Os parques existentes no período que passaram a funcionar por intermédio do Departamento de Cultura, sob direção de Mário de Andrade, foram o “Dom Pedro II”, o da Lapa, o do Ipiranga e o de “Santo Amaro” (Niemeyer, 2002). Vale ressaltar que

os Parques Infantis não se iniciaram pelo Departamento de Ensino que somente foi instalado na Prefeitura de São Paulo em 1956 (Fonseca, J., 1985).

Nicanor Miranda foi nomeado diretor da Divisão de Educação e Recreios, que como relatado, era a divisão em que havia os Parques Infantis e substituiu o termo Parques de Jogos Infantis proposto por Fernando de Azevedo para Parques Infantis, pois as pessoas confundiam o termo “jogos” com jogos de azar (Niemeyer, 2002).

Os Parques Infantis no Brasil foram criados em São Paulo e possibilitaram o início da rede de Educação Infantil (pois, como mencionado, foram futuramente transformados em Emeis), sendo a primeira experiência brasileira educacional para crianças de famílias operárias. Nesse momento, a ordem era modernizar e realizar uma reforma social. A reorganização dos Parques Infantis e a incorporação ao Departamento de Cultura ocorreu quando Fábio Prado assumiu a Prefeitura da cidade (Niemeyer, 2001).

Nos Parques Infantis da década de 1930, em São Paulo, as crianças de ambos os sexos de 3 a 12 anos, filhos dos operários, eram atendidas no período matutino e/ou vespertino em período oposto a escola regular das crianças. Sendo que, os que não frequentavam escolas, poderiam permanecer o dia todo no Parque Infantil.

A partir de 1937, no período noturno, os espaços dos Parques Infantis transformavam-se nos Clubes de Menores Operários e/ou Centro de Moças e se destinavam ao lazer de jovens trabalhadores de 13 até 21 anos, especificamente recreação e Educação Física, a fim de afastá-los da criminalidade. As frequências diurnas e noturnas eram anotadas apenas para controle interno, não havendo necessidade de quantidade mínima de frequência (Faria, 1999).

Os Parques Infantis funcionavam de segunda-feira a sábado. Havia domingos em que se realizavam festas com a participação das famílias operárias, destaca-se que também havia famílias estrangeiras, sendo que no Parque Infantil “Dom Pedro II”, a maioria das crianças eram estrangeiras, consistindo em grande parte italianas, seguidas das brasileiras e espanholas (Vieira, 2004).

Apesar de enfocarem os filhos dos operários, o destaque dessas instituições era a própria criança e não o direito da mãe que trabalhava. Considerando que os Parques Infantis desse período não eram escolas e nem Pré-Escolas existentes, mas eram instituições não formais que proporcionavam a educação, assistência e lazer

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes.

para os filhos da classe operária, articulando a Educação Física, a cultura e a saúde, reforçando a nacionalidade e inserindo as crianças no folclore nacional, nos jogos, nas brincadeiras (inclusive as tradicionais). Possibilitando às crianças o direito à infância não tendo contato com a pré-alfabetização sistematizada, mas brincando, realizando vivências artísticas e não trabalhando (Faria, 1999).

Os Parques Infantis de São Paulo consistiam em espaços abertos, amplos com gramados e árvores. Havia *playgrounds* para recreação e ginástica como: gangorras, carrossel e deslizadores, havia também o tanque de areia, piscina, pátio para as refeições, bibliotecas e uma ou duas salas para realizar diversas vivências.

Dentre os profissionais que trabalhavam nos Parques Infantis, havia os administradores, instrutores, educadores físicos, dentistas e médicos. A partir de 1936, houve a presença da educadora sanitária que também realizava visitas domiciliares às crianças parqueanas, a fim de evitar doenças, ou seja, nos Parques Infantis ocorriam a integração entre cultura, educação e saúde.

Os instrutores eram denominados de recreadores que buscavam “[...] agir pedagogicamente, com base em uma extensa e convidativa programação lúdica [...]” (Niemeyer, 2001, p. 83). Os Parques Infantis eram como praças públicas, com divertimento, lazer, educação e produções de culturas infantis, com profissionais preparados para ensinarem as crianças a brincarem (Faria, 1999).

Ao analisar as manifestações artísticas das crianças nos Parques Infantis de São Paulo em 1937 e 1938, é possível considerar que havia dança, pintura, desenho, jardinagem; além disso, os meninos realizavam marcenaria e as meninas modelagem e trabalhos manuais. Havia, também, concurso de desenho para as crianças, e os desenhos eram enviados com os nomes e idades das crianças para o Departamento de Cultura, sendo que os três primeiros lugares recebiam prêmios em dinheiro para comprarem o que queriam juntamente com as instrutoras (Gobbi, 2004).

Segundo Miranda (1941), nos Parques Infantis havia a educação e a assistência. Todavia, os Parques Infantis não eram assistencialistas, pois cuidavam da educação, considerando o ser humano como um todo, em que o crescimento físico e intelectual faz parte do mesmo processo do ser histórico e social, ou seja, essas instituições possibilitavam a junção entre cuidar e educar e buscavam com os

Parques Infantis que a criança em situação de pobreza sobrevivesse para que fosse construído um Brasil melhor.

Brito (2016) a partir dos registros de Miranda, informa que o Parque Infantil era um educandário ao ar livre que deveria trazer conhecimento físico, moral e intelectual a partir da recreação. Sendo um local em que as crianças se alimentavam, tomavam banho, aprendiam e se expressavam artisticamente e fisicamente.

Mário de Andrade buscava integrar mente, corpo, cognição, afeto e emoção e defendia que não se deveria tratar a pobreza de maneira pobre, pois “[...] ao pensar que não está educando, corre o risco de educá-la apenas para a ordem e disciplina, portanto, apenas reproduzindo a força de trabalho” (Faria, 1999, p. 206). Ele buscava a identidade nacional que incluía o folclore e, segundo Leme (2008), Paulo Duarte do Departamento de Cultura denominava o pensamento de Mário de Andrade como busca por brasilidade.

Com os Parques Infantis, havia a possibilidade de que a criança se humanizasse a partir de vivências e conhecimentos humanos mediados pelos conteúdos históricos, sociais e culturais do seu entorno, vivências que possibilitavam o desenvolvimento.

Para Guedes (2006), os trabalhos sobre os Parques Infantis ressaltam somente os benefícios, não revelando sua face disciplinarizadora que ocorria com a Educação Física que era para o adestramento, moldando para o trabalho na indústria. Além disso, ressalta que se trabalhava a educação moral nos Parques Infantis e uma das formas era com as festas.

A autora em questão apresenta uma visão equivocada das funções dos Parques Infantis e das vivências realizadas naquele espaço. Como quando argumenta que não havia preocupação com a escrita e equivocadamente interpreta isso como negativo, desconsiderando a importância do brincar para a educação das crianças (Guedes, 2006).

A autora critica o envolvimento “somente em vivências recreativas”, enfatizando que “[...] era admissível, e até desejável, que o operário fosse analfabeto, mas era imprescindível que este possuísse vitalidade e saúde para o trabalho [...]” (Guedes, 2006, p. 134). Assim, defende que os Parques Infantis

exerciam controle social, mas carregavam em si potencialidade formativa (Guedes, 2006).

Filizzola (2002a, 2002b) também destaca a disciplinaridade nos Parques Infantis da década de 1930, ressaltando serem instituições que se apropriavam do tempo livre das crianças, filhos dos operários e dos estrangeiros. Buscando atender às necessidades da burguesia, como homogeneizar e produzir moral, bons costumes, disciplina física e cultural preparando para o trabalho através do lazer organizado.

Filizzola (2002a, 2002b) defende que as propostas educativas dos Parques Infantis condiziam com os desejos de industriais, médicos e educadores. Enfatiza que nos Parques Infantis havia o atendimento até os 13 anos de idade e na Constituição Federal de 1934, constava a instituição da legalização do trabalho a partir dos 14 anos de idade.

Considera que eram espaços que se opunham à educação das crianças nas casas, ruas e escolas e para "[...] organizar e controlar as crianças filhas de operários foi necessário ao poder público municipal produzir discursos que legitimassem a necessidade de elas estarem em instituições fechadas e não em praças públicas abertas ou mesmo nas ruas" (Filizzola, 2002b, p. 295). Defende que as ruas são espaços de brincadeiras.

Faria (1999, p. 84) argumenta que, apesar dos Parques Infantis "[...] e do próprio [Departamento de Cultura] DC servirem para disciplinar o lazer da classe operária, ele também garante o direito ao tempo livre através do espaço público planejado para esse fim", espaço que não é garantido sem os Parques Infantis, como se percebe com o trecho de uma entrevista apresentada pela própria Filizzola (2002b, p. 232):

Tem um filho meu, o Felipe, que para não ficar na rua eu pedi para um talhador ensinar o ofício para ele mesmo sem receber nada, e ele aprendeu. Depois trabalhou na sua casa, e depois mudou de lugar. Mas aí seu Venerando, o talhador, chamou ele de novo, e ele foi. Depois ele foi seguir o exército [...]

Sem os Parques Infantis, o lazer não seria garantido apenas com o tempo livre e as crianças em situação de pobreza poderiam perder o direito de serem crianças.

Santos (2005, p. 153-154) indaga:

[...] as experiências do cortiço ou da rua seriam suficientes para desenvolver uma mentalidade crítica entre os trabalhadores e seus filhos? Criar um ambiente com a estrutura de um Parque Infantil, com médicos, dentistas, educadores piscina, horta, espaço, brinquedos, alimentação revelaria uma manipulação por trás de seus objetivos? E mesmo havendo explicitamente essa intenção, teria sido eficaz?

A autora mesmo responde que de acordo com entrevistas que realizou, os Parques Infantis eram fundamentais para os frequentadores “[...] e em nenhum depoimento foram percebidos traços de descontentamento ou desconforto, como seria natural se houvesse ênfase no controle” (Santos, 2005, p. 178). A autora considera que os Parques Infantis eram espaços de socialização, educação e promoviam inclusão física e social com vivências que geravam prazer.

Na década de 1940, como apresentado, os Parques Infantis se expandiram para o interior de São Paulo, Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Recife e Rio grande do Sul (Kuhlmann Júnior, 2000).

Em 1974, no estado de São Paulo, com o documento de criação das Emeis, há a eliminação dos objetivos do Parque Infantil relacionado ao lúdico, aos jogos tradicionais e aos objetivos artísticos, pois as Emeis “[...] tem a tendência crescente em adotar o modelo escolar. O projeto inicial do Parque Infantil apresentava a postura de criticar a escola da época e propor-se a complementá-la” (Faria, 1999, p. 157), integrando o cuidar e o educar. Os Parques Infantis da capital São Paulo funcionaram até 1975, quando foram transformados em Emeis atendendo somente crianças de 3 a 7 anos (Faria, 1999). Sendo que no interior, foi localizado que em alguns municípios, permaneceram por mais tempo, como no caso de Marília/SP, interior de São Paulo, em que os Parques Infantis foram transformados em Emeis em 1978.

Sobre a década de 1970, em que no Brasil, houve a transformação dos Parques Infantis em Emeis, é importante destacar que foi a década em que ocorreu a expansão da Educação Infantil de maneira lenta e relacionada com os sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, com parte “[...] vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional” (Kuhlmann Júnior, 2005, p. 182).

No final do século XX, houve uma aceleração da expansão da Educação Infantil e todas as instituições relacionadas, devido à legislação, vincularam-se com organismos educacionais, sendo que em 1990 surgem formulações que enfatizam a não separação entre cuidar e educar.

Por fim, ressalta-se que neste tópico foi contextualizada a caracterização e origem dos Parques Infantis no Brasil, considerando a defesa de Faria (1999) em que estudar os Parques Infantis é contribuir para uma política de Educação Infantil em defesa do direito da criança, uma proposta que possibilita a criança produzir e se apropriar da cultura, sendo criança e sendo protagonista da instituição que frequentava.

Considerações finais

Estudar os Parques Infantis, instituições educativas de atendimento às infâncias, que funcionaram até a década de 1970, contribui para a compreensão da história da Educação Infantil, pois foram transformados em Emeis.

As tendências e as produções acadêmicas no período de 1931 a 1978 sobre os Parques Infantis, demonstraram uma relação com Educação, Educação Física, História, Ciências Sociais, Psicologia e Arquitetura. Tendo, as citações, mencionado recorrentemente as autoras Ana Lúcia Goulart de Faria e Tizuko Mochida Kishimoto. Além disso, o autor com maior diversidade de textos, abrangendo vários elementos dos Parques Infantis, é Moysés Kuhlmann Júnior.

Nas produções sobre a temática, também se localizou enfoque negativo, enfoque positivo e uma defesa dos dois enfoques nas instituições em questão. O enfoque positivo é o que mais apresenta publicações, tendo como temáticas: "Instituições em diversas cidades", "Educação Física e Lazer", "Mário de Andrade", "Desenhos", "Arte", "Arquitetura", "Comparação com outros tipos de instituições", "Música", Álbum fotográfico Parques Infantis", "Educação Especial", "Formação das Educadoras dos Parques Infantis", "Infância" e a "Origem dos Parques Infantis".

Foram pesquisados os Parques Infantis localizados nas seguintes cidades paulistas: Marília/SP; Santos/SP; São Paulo; Araraquara/SP; Campinas/SP; Ribeirão Preto/SP; Sorocaba/SP e Cubatão/SP. A pesquisa realizada por Conceição (2022),

resultado de pesquisa de doutorado, é a mais abrangente das pesquisas localizadas, pois relaciona a década de 1930 até o ano de 1978 e enfoca todos os Parques Infantil da cidade e não um em específico, o que somente foi localizado em três dissertações. Conceição (2022) também merece destaque por apresentar em apêndice a tese, dois instrumentos de pesquisas sobre a temática que poderão ser utilizados posteriormente, em pesquisas correlatas.

Ressalta-se que dentre a contribuição das pesquisas sobre os Parques Infantil, mais ainda, de todas as pesquisas no âmbito da História da Educação, há a compreensão das ações atuais e dos sinais de avanços e/ou retrocessos, a possibilidade de relacionar as questões macros com as micros, a visibilidade de que mudanças são possíveis e necessárias e a busca consciente de um futuro desejado.

Referências

AMARAL, Karen Anye do. **Prodecad:** uma proposta diferente o trabalho integrado entre crianças da Educação Infantil e Educação não-formal. 2007. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2007.

ARANTES, Ana Cristina (org.). **Mário de Andrade:** o precursor dos Parques Infantil em São Paulo. São Paulo: Phorte, 2008.

BERTO, Rosianny Campos; FERREIRA NETO, Amarilio; SCHNEIDER, Omar. Parques infantil e colônias de férias como espaços/tempo de educação da infância (1930-1940). **Pensar a Prática**, v. 12, n. 1, p. 1-12, 12 mar. 2009. Disponível em: file: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/4860>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. In: RAMA, Leslie Maria José da Silva. **Legislação do ensino:** uma introdução ao seu estudo. São Paulo: EPU, 1987. p. 127-144.

BRASIL. Lei nº 9394, de 23 de junho de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1996.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes.

BRITO, Priscila Fernanda de. **Foi respeitada a expressão da criança quando disse o que fez? Artes nos Parques Infantis através das fotografias de Benedito Duarte.** 2016, 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. **Educação integral para crianças:** Parques Infantis do município de Marília/SP (1937-1978). 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2022. Disponível
em:<https://repositorio.unesp.br/items/e068d9eb-e293-4726-9751-349bf780c3ed>. Acesso em: 30 mar. 2024.

CORSARO, William A. A reprodução interpretativa no brincar ao faz de conta das crianças. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 17, p. 113-134, 2002.

CUNHA, Humberto Pereira da. **De Escola de Saúde e Parque Infantil:** Santos (1931-1952). 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica de Santos, Santos, 2018.

CUNHA, Humberto Pereira da; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. De Parques Infantis a escolas municipais de Educação Infantil: Santos (1930-1977). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. **Anais** [...], p.177-189.

DALBEN, Andre; DANAILOF, Kátia. Parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 163-177, set. 2009. Disponível em:
<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/641>. Acesso em: 25 Set. 2025.

DANAILOF, Kátia. A Educação ‘Physica’ nos Parques Infantis de São Paulo (1935-1938). **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 167-184, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/32324/25259>. Acesso em: 25 Set. 2025.

DANAILOF, Kátia. **Crianças na trama urbana:** as práticas corporais nos Parques Infantis da São Paulo dos anos 1930. 2006, 176 f. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DISCURSO do Prof. Fernando de Azevedo assumindo a Sec. de Educação da Prefeitura de S. Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.35, n.82, p.83-89, abr./jun. 1961. Disponível em:
<https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/469>. Acesso em: 25 Set. 2025.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. A contribuição dos Parques Infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da Educação Infantil. **Educação e Sociedade**, Campinas, n.69, p.60-91, dez. 1999. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/es/a/QSGr9W33C8ZTrY3qGxRDyCG/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 25 Set. 2025.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Direito à infância**: Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938). 1993, 217 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1993.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação Pré-Escolar e Cultura**. Campinas: Cortez, 1999.

FERREIRA, Débora Menengotti. **Os Parques Infantis de Ribeirão Preto**: um estudo sobre sua implantação. 2015, 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

FERREIRA, DE PAULA, David. **A infância e o poder**: a recreação no Parque Infantil e sua implicação social (1930-1945). 1993. 232 f. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) –Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1993.

FERREIRA, Flávia Martinelli. WIGGERS, Ingrid Dittrich. Infância e urbanidade nos parques infantis de São Paulo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-17, 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/FPDK8CggpnKfgL6btCwcMmn/?format=pdf&lang=en>.
Acesso em: 25 Set. 2025.

FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. A organização e a disciplinarização do lazer da infância operária nos Parques Infantis da cidade de São Paulo, na década de 1930. *In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA*, 2., 2002a, Natal. **Anais** [...], João Pessoa. p.1-11.

FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. **Na rua, a "troça", no parque, a troca**: os Parques Infantis da cidade de São Paulo na década de 1930. 2002, 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002b.

FILÓCOMO, Daniela. **A gênese da educação especial**: a contribuição dos Parques Infantis da cidade de São Paulo: 1947 a 1957. 2005, 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba, 2005.

FONSECA, João Pedro de. O cinquentenário dos Parques Infantis de São Paulo: 1935/1985. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1/2, p.

135-148, jan./dez, 1985. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/rfe/article/view/33341>. Acesso em: 25 Set. 2025.

FONSECA, Sérgio César da; FERREIRA Menengotti Débora; PRANDI Maria Beatriz Ribeiro. O departamento de Educação Física de São Paulo e a Interiorização dos Parques Infantis: o Caso de Ribeirão Preto. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 2, p. 237-261, set. Disponível em:
<https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1637>. Acesso em: 25 Set. 2025.

GERALDI, João Wanderley. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. *In:*

Palavras e contrapalavra: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro e João: 2012, p. 19-40.

GOBBI, Márcia Aparecida. Conhecimento histórico e crianças pequenas: Parques Infantis e Escola Municipal de Educação Infantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 203-224, jun. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/PDpB6QkDbGnFxPMkhW3kYYC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 Set. 2025.

GOBBI, Márcia Aparecida. **Desenhos de outrora:** os desenhos de crianças pequenas do acervo Mário de Andrade. 2004, 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GONÇALVES, Janice. Parques Infantis em São Paulo: infância, educação e saúde no projeto modernista. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 855-858, jul./set. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/D8mNkpbTpxKDLtqHTCwyJHS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 Set. 2025.

GRINDLER, Victor. **Higiene e recreação:** Parques Infantis de São Paulo, 1935-1938. 2015, 88 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

GUEDES, Lizandra. **Novas velhas formas de dominação:** os Parques Infantis e o novo projeto de dominação social. 2006, 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo:** das origens a 1940. 1986, Paulo, 1993. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1986.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. A Educação Infantil no século XX. *In:* STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil:** volume III, século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 182-194.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 693-716, set./dez. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/1900>. Acesso em: 25 Set. 2025.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da Educação Infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 5-18, maio/jun./ago. 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 Set. 2025.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 223-244, set./out. 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/FgGqf5zvvS5TLvWWqQ8CYLP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 Set. 2025.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Processos de difusão do Parque Infantil e instituições congêneres no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. **Anais** [...], p.165-176.

LEME, Fernanda de Lucca. **Memórias de um Parque Infantil em Campinas:** vestígios do pensamento de Mário de Andrade. 2008, 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MICARONI, Silvana; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. A Educação Física nos Parques Infantis da Cidade de São Paulo: 1947-1957. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais** [...], Aracaju, 2008, p. 1-15.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos Parques Infantis e parques de jogos.** São Paulo: Departamento de Cultura da PMSP, 1941.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. **Parques Infantis de São Paulo:** lazer como expressão de cidadania. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. Urbanização e lazer a contribuição lúdica-pedagógica dos Parques Infantis de São Paulo nas primeiras décadas do século 20. **Pós. Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP**, São Paulo, v. 10, p. 76-91, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/FPDK8CggpnKfgL6btCwcMmn/?lang=en>. Acesso em: 25 Set. 2025.

OLIVEIRA, Suad Aparecida Ribeiro de. A história do primeiro Parque Infantil Municipal de Sorocaba: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, p. 47-61, set./dez.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes.

2010. Disponível em:

<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/508/396>. Acesso em: 25 Set. 2025.

ONUKI, Sônia Maria da Silva. **O Parque Infantil do Jardim Casqueiro e Vila Bandeirantes (1956-1966)**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica de Santos, Santos, 2019.

PAIVA, Juliane de Sousa Silva. **A música nas propostas educacionais dos Parques Infantis na cidade de São Paulo: 1947 a 1957**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade São Francisco, Itatiba, 2009.

PEREIRA, Mônica. **O Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” da cidade de Araraquara (1941-1971)**. 2008. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de educação e ciências humanas, São Carlos, 2008.

PIZANI, Rafael Stein. **Recreação, lazer e Educação Física na cidade de Campinas**: um olhar acerca dos Parques e Recantos Infantis (1940 – 1960). 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) –Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. **Construção da imagem dos Parques Infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 a 1960**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

SANTOS, Maria Walburga dos. **Educadoras dos Parques Infantis em São Paulo**: elementos de sua formação e prática entre os anos de 1935 a 1955. 2005. 299 f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. **Código da Educação do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1934. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SARTORI, Emanuelle.; LUNARDON, Aline Maria; GARANHANI, Marynelma Camargo. Espaços relações e experiências da criança: um estudo sobre infâncias de uma geração. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 23, p. 1–21, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5782>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SILVA, Carolina da Costa e. **O álbum “Parques Infantis” como objeto cultural (São Paulo, 1937)**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Susete Rodrigues. **O pensamento vivo de Mário de Andrade**: dos

Parques Infantis aos céus da cidade de São Paulo. 2012, 277 f. Dissertação (Mestrado em artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de São Paulo, 2012.

TONOLLI, Maria Fernanda Simões. **As origens da Educação Pré-Escola Pública Municipal em Campinas:** o Parque Infantil da Vila Industrial. 1996. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) –Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

VIEIRA, Sandra Aparecida Basseto. Os Parques Infantis da cidade de São Paulo (1935-1938): análise do modelo didático-pedagógico. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 1, p. 117-133, 2004.

WILDEROM, Mariana Martinez. **Espaço educacional contemporâneo:** reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo (1935-2013). 2014, 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Submetido em: 26-04-2025

Aprovado em: 01-09-2025